

Nuno Luís Madureira, **Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834**, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, 514 páginas.

Este livro de Nuno Madureira — que corresponde a uma versão revista da sua dissertação de doutoramento em História Social Contemporânea apresentada no ISCTE — é um importante contributo para o estudo das condicionantes e dos processos da industrialização portuguesa no período compreendido entre o início da acção governativa do marquês de Pombal e o termo da guerra civil.

Uma das razões dessa importância reside na forma segura como o autor utiliza as linguagens e ferramentas conceptuais de diversos domínios das ciências sociais, em particular da história, da sociologia, da economia e da ciência política das instituições. Exemplo disso é desde logo dado no capítulo introdutório, através do recurso que faz às abordagens da história económica institucional (colhendo abundante inspiração em Douglass North) para discutir o problema da relação entre instituições, custos de transacção, redes de informação, inovação e mudança, eficiência económica, etc. Outro exemplo é também o da utilização das contribuições da economia da escolha pública e da acção colectiva (na esteira de James Buchanan e de Mancur Olson), que têm produzido interessantes estudos sobre o comportamento dos agentes económicos no seu relacionamento com o Esta-

do. Em ambos os casos o leitor é confrontado com os aspectos fundamentais de quadros teóricos pouco usados pela historiografia portuguesa e que se revelam particularmente capacitados para o entendimento dos problemas em discussão no corpo do livro.

Um segundo mérito global que importa assinalar é o rigoroso e minucioso trabalho de levantamento e pesquisa de fontes de arquivo, em particular a documentação da Junta do Comércio que se conserva no Arquivo Histórico do Ministério (habitualmente designado) das Obras Públicas, bem como de outros núcleos documentais que se conservam neste arquivo de relevância central para a história da indústria portuguesa nos séculos XVIII e XIX. Apesar de estarmos diante de fontes documentais já estudadas noutros trabalhos pioneiros da moderna historiografia portuguesa, Nuno Madureira demonstra como as mesmas fontes constituem objecto inesgotável que os historiadores têm à sua disposição para múltiplos usos e distintas interpretações. Neste âmbito, cabe igualmente destacar o trabalho de construção ou reconstrução de séries estatísticas (preços, salários, exportações) que nos dão uma imagem quantificada da realidade histórica reconstruída, permitindo fixar critérios para a determinação do comportamento de variáveis de natureza económica e social. Independentemente da validade ou pertinência universal dessas séries — questão que mais adiante abordarei —, o autor cumpre de for-

ma exemplar os requisitos de apresentação, justificação e vigilância metodológica dos instrumentos que constrói.

A análise das fontes é sempre feita com distanciamento crítico e com propósitos interpretativos implícita ou explicitamente anunciados. Ou seja, as fontes são submetidas a um criterioso trabalho de elaboração analítica que dispensa o leitor de confrontos exagerados com citações ou transcrições de documentos. Desta forma, a comprovação factual e documental é proporcionada através de uma abordagem crítica que ao mesmo tempo revela uma adequada apropriação do seu conteúdo e significado. E tudo isto é servido por uma escrita bem arquitectada e bem ritmada, tornando a leitura um agradável exercício de captação de novos conhecimentos.

Um último e, porventura, mais importante mérito deste livro reside, naturalmente, na novidade, no valor acrescentado, na contribuição inovadora para a história social e institucional da indústria portuguesa no período em análise. Esse principal mérito do seu trabalho é o de fornecer novos elementos e novas explicações acerca das condições sociais, políticas e económicas do processo de industrialização portuguesa, com especial incidência no estudo dos mecanismos de relacionamento institucional entre os agentes económicos e o Estado. Os capítulos consagrados à Junta do Comércio, às companhias comerciais, ao regime de contratos, ao sistema de exclusivos, à regulamentação do mer-

cado de trabalho, contêm importantes e inovadoras pistas de pesquisa que, certamente, virão a constituir referência obrigatória para os estudos que sobre estas matérias vierem a ser feitos no futuro.

Mas um trabalho desta natureza e desta dimensão tem também as suas limitações e, por vezes, incongruências, o que, afinal, também acaba por constituir um meritório estímulo à apreciação crítica de alguns dos seus argumentos.

Uma primeira objecção que gostaria de apresentar refere-se à forma pouco cuidadosa como aborda a herança historiográfica pertinente para o seu objecto de estudo. Diversas vezes se refere a autores, como Borges de Macedo, Magalhães Godinho, Miriam Halpern Pereira, Jorge Pedreira ou Valentim Alexandre, manifestando as suas concordâncias ou discordâncias, mas sem ter a preocupação de apresentar e discutir a essência dos argumentos interpretativos avançados por esses (ou outros autores). Para o leitor que conhece tais argumentos, a referência mais circunstanciada poderia parecer dispensável. Mas não o é, no entanto, quando se pretende contrapor novas interpretações ou manifestar discordâncias de opinião. Para além disso, julgo indispensável o exercício de uma tolerância académica, livre de preconceitos e sem margem para equívocos, que nos leve a declarar os créditos a quem os merece, sem a pretensão de «do passado fazer tábua rasa».

Uma segunda objecção global refere-se à ausência de uma abordagem comparativa de estudos e ensaios semelhantes realizados sobre este tema noutros países, o que, sem dúvida, permitiria uma melhor relativização e contextualização das conclusões sugeridas pela abordagem do caso português. Trata-se aqui de um domínio de investigação que tem suscitado inúmeros trabalhos, aliás citados na extensa bibliografia incluída no livro. No entanto, são raros os momentos em que os exemplos da historiografia internacional são invocados (recordo-me da referência aos trabalhos de Peter Mathias a propósito do estudo das fricções técnicas no capítulo 5, ou do enquadramento proporcionado por Christopher Freeman na análise da tipologia das inovações no mesmo capítulo, ou ainda dos estudos efectuados em diferentes países sobre os critérios para a construção de índices de preços, discutidos num dos anexos técnicos). Esta dimensão comparativa é insuficientemente valorizada, o que, em meu entender, empobrece o trabalho produzido.

Uma terceira objecção crítica está de certa forma relacionada com a anterior. Refiro-me à ausência de uma cuidadosa problematização teórica dos temas em discussão. Ou seja, à ausência de uma discussão aprofundada dos aparelhos e utensílios teóricos proporcionados, acima de tudo, pela história económica e social e pela história e economia das instituições. Em cada um destes domínios científicos têm vindo a ser desen-

volvidos estudos empíricos e investigações fundamentais que contribuem para a formação de uma linguagem e uma retórica de comunicação que torna possível um mais coerente entendimento e encadeamento das matérias observáveis. Cito dois exemplos de modos de problematizar os temas abordados pelo Dr. Nuno Madureira no seu trabalho. O primeiro é o da história económica institucional preconizada por Douglass North (que cita na bibliografia e que o inspira em algumas passagens da introdução) acerca da relação entre instituições, custos de transacção, redes de informação, mudança, eficiência económica, etc. O segundo é o da economia da escolha pública (que não cita), que tem produzido interessantes estudos sobre o mercantilismo na perspectiva da análise do comportamento dos agentes económicos no seu relacionamento com o Estado, nas vantagens mútuas na aceitação de um modelo de extracção de rendas de monopólio, etc. Creio que uma apresentação mais sistemática destas ou de outras formas de problematizar os assuntos em campo poderia conferir ao trabalho uma maior consistência analítica e padrões mais rigorosos para a esquematização do estudo que efectua sobre o caso português.

A quarta, última e principal objecção refere-se à própria estrutura global do livro e da sua divisão implícita em duas partes distintas, quer ao nível dos conteúdos, quer ao nível da profundidade dos resultados alcançados.

Numa primeira parte, que corresponde aos capítulos 2 a 6, Nuno Madureira procede a uma análise das raízes políticas e sociais da organização económica da indústria portuguesa, procurando chamar a atenção para as condicionantes de carácter institucional que ditaram: ou um excessivo centralismo das decisões processadas através da Junta do Comércio; ou uma aliança estratégica entre o Estado, os homens de negócio e os homens da indústria alicerçada através dos instrumentos do contrato, do exclusivo, do monopólio comercial, da rigidez do mercado de trabalho; ou um limitado alcance das inovações técnicas e, conseqüentemente, do processo de crescimento económico português entre 1750 e 1834.

O capítulo 3 é digno de menção especial, pela forma esclarecedora como analisa o processo de convergência de interesses entre a coroa e as suas manufacturas tuteladas, por um lado, e, por outro, os negociantes que, a troco de privilégios ditados pelo sistema de monopólio, asseguraram o êxito da política de fomento manufactureiro.

No capítulo 4 cumpre também destacar a atenção que dedica à explicação dos mecanismos dos contratos e do seu significado no que se refere à transferência de soberania económica. É aqui justamente que se opera um processo de transferência de direitos de propriedade da coroa para os particulares que distorce substancialmente as condições de acesso e entrada de novos agentes neste mercado altamente protegido. O acesso presente limita o acesso futuro através de

processos de informação assimétrica. Encontra-se aqui matéria que ajuda a explicar as inércias e os bloqueios à prossecução de uma estratégia independente dos agentes económicos em relação às prerrogativas de um Estado interventor.

Ainda neste capítulo analisa em que medida a existência dos contratos, altamente lucrativos e quase isentos de risco, originou uma distorção no processo de afectação de capitais disponíveis para investimento. A conclusão que sobre estas matérias apresenta (p. 128) constitui o corolário de uma das reflexões mais interessantes contidas no livro.

De tudo isto parece concluir — e digo «parece concluir», pois não é explícita a interpretação que aqui se sugere — que os tradicionais argumentos acerca da importância das conjunturas comerciais para a explicação dos surtos de industrialização carecem de plena comprovação factual, tornando-se assim necessário olhar mais de perto em três direcções: mercado interno, mercado externo e colonial e estrutura local e regional da produção industrial.

É esse novo olhar que é ensaiado numa segunda parte do livro, que, em meu entender, surge menos estruturada do que a primeira. Assim, o interesse dos capítulos 5 a 9 acaba por residir mais nos procedimentos metodológicos que são ensaiados do que na sua funcionalidade explicativa no corpo do livro. Quero com isto dizer que não se afigura clara a razão da integração da análise das regiões industriais do Porto e da Covilhã, se bem que seja inegável o interesse

autónomo destes ensaios de história industrial regional. Do mesmo modo, não resulta evidente a pertinência da construção das séries de salários, preços e exportações — supostamente para elucidarem de que forma é que a estrutura da procura influencia os ritmos de adaptação e inovação da produção industrial —, não obstante constituírem importantes exercícios de quantificação económica dos mercados interno e externo e do seu relacionamento com o tecido industrial.

Repito, parece que faltou juntar as últimas peças de um *puzzle* que, assim, resulta inacabado. Face à dimensão do que foi feito, é escasso o que ficou por fazer. Mas o resultado final ressent-se de uma insuficiente estruturação e interligação de alguns capítulos, tendo em vista a coerência global dos argumentos que servem a abordagem inovadora que Nuno Mardureira desenvolve.

José Luís Cardoso

Maria João Vaz, Crime e Sociedade: Portugal na Segunda Metade do Século XX, Lisboa, Celta, 1998.

Não há muitos trabalhos de índole histórica ou sociológica sobre a justiça em Portugal e os poucos que existem são medíocres. Dos vários ramos do poder, a justiça tem sido sempre o mais misterioso. Daí que os investigadores dela se tenham esquecido, permanecendo o que se

passa dentro e fora dos tribunais um mundo por estudar. Só por isso o trabalho de Maria João Vaz seria de louvar.

Mas ele tem ainda outros méritos. A começar, o da clareza da prosa. Sendo, como é, a adaptação de uma tese de mestrado, temia-se a invasão do jargão que tanto tem prejudicado a leitura destas obras. Se é verdade que num ou noutro momento — veja-se o segundo parágrafo da p. 1 — a autora se sentiu obrigada a uma vênica aos rituais da tribo, a maior parte do texto corre limpidamente nas suas 247 páginas. De louvar é ainda a clara definição do problema a tratar e a delimitação de fronteiras históricas. Por fim, a obra elucidá-nos não só sobre a criminalidade, mas também sobre o enquadramento legal em que as sanções penais foram ocorrendo.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, «Pensar e sentir o crime», a autora recua no tempo, tentando estudar o problema da violência no período anterior à Regeneração — um tipo de criminalidade que a agitação política da época estimulava — antes de analisar as reformas no campo da justiça criminal efectuadas durante a segunda metade do século XIX. Em seguida, fala-nos das concepções do crime, desde os tempos em que este era visto à luz da herança iluminista, passando, numa segunda fase, pela influência do positivismo, que levou os especialistas a encarar o crime como algo socialmente determinado e, por fim, a abordagem «científica» do crime, que conduziu a considerá-lo uma questão de saúde pública. Na